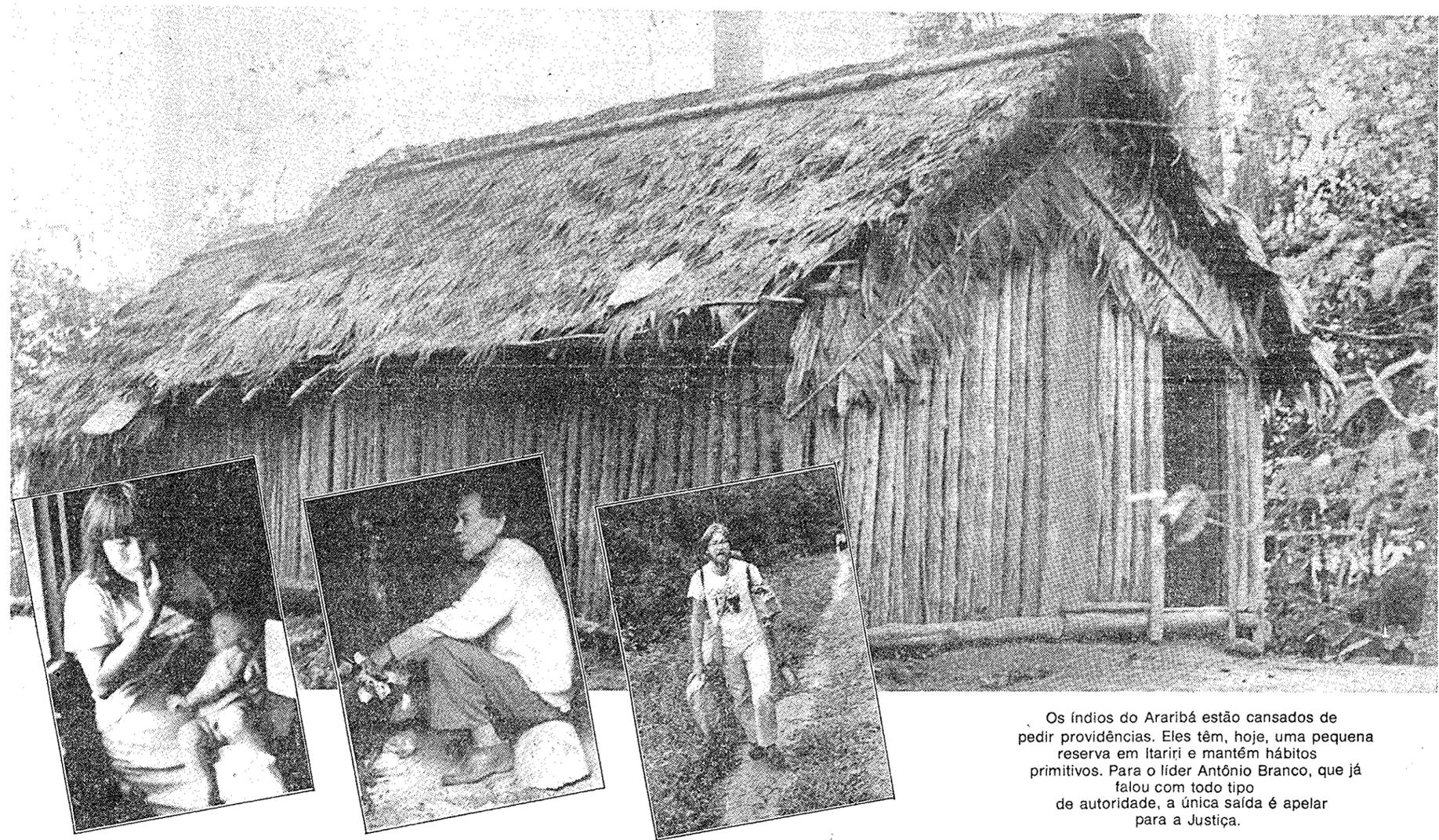


# A TRIBUNA DO RIBEIRA

VALE DO RIBEIRA, QUARTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1983



Os índios do Araribá estão cansados de pedir providências. Eles têm, hoje, uma pequena reserva em Itariri e mantêm hábitos primitivos. Para o líder Antônio Branco, que já falou com todo tipo de autoridade, a única saída é apelar para a Justiça.

## Índios do Araribá denunciam invasão de terras

A Aldeia dos Índios de Itariri, que começa a 15 quilômetros da sede do Município, na região do Araribá, e se estende pelas serras do Itatins, divisa com Peruíbe, está sofrendo nova invasão de posseiros que demarcam, nas árvores, suas posses. Entre as 50 famílias de invasores estão muitos funcionários da Prefeitura de Itariri e parentes de políticos da Cidade. Até o filho do prefeito João Rocha está fazendo posse nas terras dos índios. Também os filhos do

vereador José Pedro, do PDS, foram vistos derrubando mato no local, embora o legislador garanta que, ao saber que era área de índios, pediu "aos seus meninos", que abandonassem a posse. Há poucos dias, os índios tiveram uma audiência com o secretário da Justiça e houve promessa do Governo do Estado em iniciar a demarcação da reserva indígena - cerca de 809 hectares que ninguém sabe onde começa e onde termina.

Os índios também querem uma área onde possuem seu cemitério e casas e que ficou fora do decreto 41.538 de 1963. As sete famílias de índios guaranis que hoje vivem no Araribá são assessoradas em sua luta por um casal do Cimi-Conselho Indígenista Missionário. Mas a grande figura na luta pela terra é o capitão Antônio Branco, de 82 anos, que conta histórias incríveis de sua vida nos Kaagyovy de Araribá.

### PPI promete interceder

Se a invasão em Araribá persistir, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário - PPI - vai entrar com representação junto à Delegacia de Polícia de Itariri, pedindo a abertura de inquérito policial por invasão de terra pública. Essa é a promessa do procurador-chefe da PPI, José Milton Garcia, a propósito da invasão de cerca de 50 famílias em terras que os índios consideram suas.

Por outro lado, o procurador garantiu que a área de 809 ha reservada aos índios em 1963, vai ter suas divisas aviventadas, sendo abertas picadas e colocados marcos. A PPI pretende também a seguir estudar a área anexa, onde está a aldeia. O objetivo do Governo segundo afirmou José Milton "é que o Estado prepare um decreto para o governador destinar aos índios essa área anexa".

E nessa semana o secretário da Justiça já determinou à PPI que envie um agrimensor a Itariri para iniciar a demarcação das terras destinadas aos índios pelo Decreto 41.538, de 28 de janeiro de 1963.

### E cada vez a tribo é mais empurrada para o alto da serra

A Aldeia de Araribá, que começa a pé da Serra do Itatins, há cerca de 15 quilômetros da sede do município já esteve localizada na década de 30 nos limites do Bairro da Igreja. Durante muitos anos os guaranis vindos do Rio Grande do Sul, por volta de 1924, viveram em terras onde hoje se situa o sítio da viúva Rosa Miashiro. Com a colonização do Município, os índios, que tiveram inicialmente 30 alqueires derrubados por homens do Marechal Rondon para que ali fizessem suas roças, foram expulsos da área. O Serviço de Colonização estava mais interessado em vender as terras para os japoneses que nessa época também começavam a chegar a Itariri. Hoje a Aldeia de Araribá abriga apenas sete famílias de guaranis e são chefiados pelo capitão Antônio Branco, um índio de 82 anos, que desde criança acompanhou a luta do seu povo para estabelecer a sua própria área. Branco foi casado com uma das filhas do capitão Pedro, o primeiro índio guarani a formar posse em Araribá. Embora a aldeia tenha tido em várias épocas mais ou menos famílias de índios, que costumam ocasionalmente trocar de aldeia, a posse sempre esteve caracterizada. Depois de sofrer vários despejos, como conta o capitão Antônio Branco, o Serviço de Proteção ao Índio instalou na década de 60, no sopé da serra, o seu posto em terras indígenas e ergueu também uma escola de madeira. Essas duas casas estão hoje ocupadas por duas famílias de índios. Onde era o posto do SPI, está a família de Fernando, o filho do capitão Branco e sua jovem esposa Joana, de 18 anos, tímida e reservada como toda índia, e mãe de dois indiozinhos, com 2 anos e outro com sete meses. O mais velho - Cláudio - corajosamente enfrentava o frio, da tarde do último sábado, completamente nu.

Onde era a sede da escola e servia também na década de 60 como salão de recreação, vive a família de Hilário, um índio de pouca conversa e que não quis que Xeíá (avó), a mais velha índia da aldeia com 82 anos, fosse fotografada. A casa do capitão Branco está na serra, um quilômetro e meio acima. É uma cabana construída com pedaços de pau, e cobertas com folhas de guaricana.

Nessa cabana se respira muito ainda da cultura indígena. Vivendo com o máximo do despojamento, capitão Branco mantém porém, sua casa muito limpa e organizada. E o velho índio demonstra carinho por alguns objetos como o forno de barro encimado pelo tacho de torrar mandioca, doado por um funcionário do SPI o mesmo que doou o caldeirão para cozinhar caça. Hoje o capitão diz não ter mais vontade de ralar a mandioca que era sempre plantada em setem-

bro junto com o milho e a batata. Desde que sua velha companheira Angelina (Xeíá) morreu, ele perdeu o gosto em fazer sua roça. Mas o velho capitão ainda gosta de ensinar como se planta o feijão, "sempre na minguinte de janeiro para crescer forte na lua de fevereiro, ou então na minguinte de fevereiro para crescer na lua de março". Em volta da casa do capitão há ainda alguns pés de frutas como um velho abacateiro plantado há algumas décadas. É próximo dali há até um pé de limonero plantado pelo antigo capitão da aldeia, o Sílvio Rufino que na década de 40 deixou o lugar e foi para São Vicente desgostoso pela invasão nas terras indígenas por mais de 40 famílias que haviam sido expulsas de terras do Km 77, em Peruíbe onde o latifundiário Leão Novais possui larga extensão de terra. Hoje a Aldeia de Araribá sobrevive com 45 pessoas membros de sete famílias que reservam três dias para descanso - sábado, domingo e segunda. Nos outros dias os índios saem para derrubar palmito ou caçar e também cuidam de roças. Vivem da venda do palmito nas feiras de Itanhaém e de algum artesanato como arco, flecha, cestas e peneiras, embora sejam poucos aqueles que se dedicam a essa tarefa. Embora joguem futebol com seus vizinhos e sejam pacíficos, os índios de Araribá ainda mantêm a característica de sua raça, gostando de isolamento e olhando desconfiados para estranhos. E definitivamente não gostam de padres, pastores, jornalistas e gente da Funai. A velha Xeíá, esposa já falecida do capitão Bandeira, quando recebeu pela primeira vez o casal do Cimi que hoje é acolhido com muita festa no local, perguntou desconfiada se não eram padres, pastores, repórteres ou agentes da Funai. Como a resposta foi negativa ela disse: "então pode entrar". Mas apesar das restrições aos estranhos, o capitão conta sua história durante mais de duas horas aos repórteres de A Tribuna do Ribeira. E alguns parentes compartilham fornecendo informações. Mas alguns segredos são mantidos. Fernando, filho do capitão garante que são pacíficos e nada farão contra os invasores. Mas Alberto, do Cimi, confidencia que, se esse pessoal não sair da terra dos índios, é provável "que algum apareça penitenciado pelo pé", nas armadilhas que os primeiros moradores de Araribá estão espalhando para pegar invasores. Os índios querem garantir suas terras para não terem que despencar, qualquer dia desses, em cima das usinas nucleares, já que, dobrando a Serra dos Itatins é lá que vão acabar sendo empurrados se suas terras continuarem a ser invadidas.

## A única saída é recorrer à Justiça

O capitão Antônio Branco, um índio de 82 anos, apesar da memória privilegiada, perdeu a conta das vezes que procurou, nos idos de 30, 40 e 60 os homens do Governo e o Serviço de Proteção ao Índio. Branco falou com ministros, presidente, coronéis, marechais e uma série de autoridades chamadas por ele de protetor dos Índios. Antônio Branco conta com detalhes em inúmeras vezes que viajou ao Rio de Janeiro para tentar reivindicar uma única coisa: o direito de manter seu povo em Araribá, para onde vieram os primeiros guaranis, em 1924, trazidos pelo capitão Pedro. Branco passou muitas noites ao relento, em estações de trem, esperando abrir os órgãos do Governo. Chegou um dia até a falar com o presidente Café Filho, mantendo com ele um diálogo corajoso. Denunciou que o SPI não aplicava as verbas recebidas para o bem-estar dos índios. "Os homens do SPI gastam tudo em cerveja nos bares e compram bonitos carros", disse o capitão ao presidente, que o desafiou que repetisse tudo ao ministro da Agricultura. Branco percorreu corredores do Palácio do Catete, subiu "naquela coisa que leva a gente para o céu", manteve audiências com o marechal Rondon, com o coronel Nicolau Horta, "o primeiro a dizer que as terras do Araribá eram todos dos índios".

Antônio Branco, esse índio de muita fibra, que hoje afirma só esperar a hora de sua morte mas que quer ver, antes disso, a demarcação das terras dos guaranis nos verdes do Araribá, repete com minúcias como foram seus diálogos com todos os homens que traçaram a política indigenista para o País. Ele sabe de cor as histórias de promessas e tradições que na língua guarani se diz Xe Mbotavý. Enquanto peneira o café que acabou de torrar em uma fogueira feita na própria cabana onde vive, Branco relembra a história de seu povo. Chega a parar num certo trecho e informa à repórter que a história é longa e que ele vai precisar parar para tomar café e comer mandioca.

Branco diz com desalento que já não tem mais vontade de plantar mandioca e nem de moê-la na velha máquina doada por um antigo funcionário do SPI, de nome Vitor, gente boa, que um dia, espantou com três tiros de revólver um fazendeiro, de nome Manoel Bernardo, que insistia em passar com sua tropa pelos mandiocais indígenas. "Vitor está velho e há pouco tempo veio nos visitar", relembra Antônio Branco, numa rara pausa na história que conta em ordem cronológica dos sofrimentos de seu povo nessas terras de Itariri.

As vezes a memória de Antônio Branco falha um pouco. As datas não aparecem muito exatas. Mas ele sempre procura lembrar-se de quem estava no Governo numa época ou outra. Mas sendo um ou outro no poder, Getúlio, Café Filho, ou os generais da Revolução, o velho índio tem sempre um ponto comum em sua história. A invasão de suas terras por homens que não respeitavam a necessidade vital que o índio tem do espaço físico para sobreviver. Houve época, a partir de 1963, quando o SPI inaugurou seu posto em Araribá, que o órgão deu algum apoio aos índios. Mas quando o Serviço de Proteção ao Índio foi extinto, alegando-se a corrupção que nele campeava, Antônio Branco teve que enfrentar uma briga com o próprio funcionário que trabalhava no local e que considerava toda a área onde havia o posto e a escola, como sua posse. Afinal, última também a política corrupta do órgão, o funcionário Elias Martins queria reassar-se dos três anos que ficou trabalhando sem ganhar.

Embora, em 1963, o Governo Estadual tenha reservado aos índios de Araribá 809,2 hectares, a demarcação da área nunca foi feita. Outra falha do Governo não ter incluído no decreto a área onde os índios estão efetivamente estabelecidos e onde se situa o cemitério da aldeia, cuja ocupação está caracterizada há várias décadas. E foi esse pedido que o índio Antônio Branco, velho de guerra nessa batalha de lutar pelos direitos de seu povo, foi fazer no último dia 8 em São Paulo quando manteve audiência com o secretário da Justiça, José Carlos Dias, ao lado de outros índios, companheiros de aldeias que sofrem problemas semelhantes.

As aldeias guarani de Ubatuba e do Rio Branco em Peruíbe, também estão reivindicando a demarcação de suas terras. E José Carlos Dias e também o procurador chefe da PPI, José Milton Garcia ouviram atentamente a situação das terras ocupadas por cada uma das aldeias. Em Araribá, além de reivindicarem a demarcação de suas áreas os índios Antônio Branco, Fernando Branco, Enoque Evaristo, Paulo Evaristo e Eduardo Ramalho de Paula, contaram a invasão recente de áreas que consideram suas, embora não tenham certeza se estão incluídas nos 809 hectares de reserva.

Acompanhados por um casal do Cimi, Jussara e Alberto Capucci, os índios vêm lutando desde 1979, para que o PPI informe sobre a situação jurídica de suas terras. Em abril último, o bispo d. Aparecido José Dias, de Registro encaminhou ao secretário da Justiça pedindo solução dos problemas de terra enfrentados pelos guaranis de Itariri e, em 29 de agosto, os missionários do CIMI de Itanhaém denunciaram ao órgão a invasão da área indígena por

posseiros. Já são 50 famílias que vivem nas terras da aldeia, segundo os índios. Mas a invasão maior começou de forma acintosa há cerca de dois meses, quando funcionários da Prefeitura de Itariri e até filhos de políticos do Município, ou sejam do vereador José Pedro e até do prefeito João Rocha, passaram a derrubar mato e marcar nas árvores seus nomes. Essas marcas já foram fotografadas por Alberto Capucci que levou o fato à PPI. E por ordem do secretário da Justiça a Polícia Florestal foi alertada para impedir o prosseguimento da invasão. E quem consegue deter os novos invasores, estimulados que estão pelas notícias de que o Governo Montoro vai titular as terras devolutas? Todos querem caracterizar sua posse, mesmo que seja em terra de índio. "Porque índio quer tanta terra? São todos uns vagabundos", comentava há poucos dias um comerciante de Itariri, com Alberto Capucci, do Cimi, ao ser advertido de que o velho índio não devia prosseguir na invasão. Alberto, ao lado de sua esposa Jussara e dois filhos com cinco e sete anos, Humberto e Maria, que sempre os acompanham nas visitas às aldeias, tentam explicar a essas pessoas que índio é diferente do homem de formação européia. Que o espaço físico é vital para eles. Que o índio não se perde nas matas mas se sente perdido na Cidade. Que ele não produz comercialmente porque não está inserido na sociedade consumista. Ele planta e caça apenas para seu consumo. Respeita a natureza. Não devasta a mata. Não destrói a fauna como o homem branco.

Mas o decisivo argumento citado por Jussara e Alberto: "Por que essa gente quer pegar terra do índio, que é pobre e humilde? Por que um Daniel Silva precisa comprar posses nessa área? Já não basta o que ele tem? Por que esses invasores não procuram as terras dos latifundiários que nada produzem e usam a terra para especulação imobiliária e que têm muito mais que 809 hectares, como os Leões Novais e outros? Alberto Capucci acha porém, que tudo indica que o Governo do Estado está sensível à problemática indígena. Inclusive José Carlos Dias, o secretário da Justiça, destacou na reunião com os índios que o encontro marcava uma política de governo: "A preocupação em garantir o direito do índio, da mesma forma que hoje se desenvolve o projeto agrário em todo o Estado. O secretário da Justiça teria afirmado que "até por uma questão histórica, de direito, nós temos que reconhecer o direito dos índios".

Alberto Capucci concluiu que "considerando o apoio que temos recebido do dr. José Milton Garcia desde 1979, e a boa receptividade que encontramos no Instituto

de Assuntos Fundiários - I.A.P. - órgão da Secretaria da Agricultura, sentimos de vontade para alimentar esperanças de um maior acolhimento da causa indígena junto ao Governo do Estado de São Paulo. (Em todo o Estado não vive mais que 800 guaranis). E é de esperança que o velho Antônio Branco está vivendo. Ele diz que não espera nada mais para ele e sim para seus filhos e o resto do seu povo que ainda vive em Araribá. Uns poucos que resistiram aos constantes despejos sofridos, como aconteceu com a própria família dele. Branco não quer que as crianças da aldeia voltem a morrer como ocorreu na década de 30, quando um mític: vindo do Paraná desagregou parte da aldeia com promessas de que levaria todos para a Terra Santa, em Porto Seguro. E os índios percorreram terras do Rio de Janeiro, Vitória, Bahia sem encontrarem a Terra Santa e muitos avais (meninos) e muitas cunhal (meninas) morreram pelo caminho. E uns poucos retornaram a Araribá, como Antônio Branco que na época tinha 14 anos. Outros foram para a aldeia do Bananal em Peruíbe, local que Branco não gostou de viver por "picuinhas" de parentes. O velho índio, chamado carinhosamente de avô (Xe ramói) pelos moços, não quer que aconteça a seu povo a experiência por ele vivida, quando por volta de 1940, o coronel Milton Fraga, um todo poderoso inspetor do Serviço de Colonização do Ministério da Agricultura determinou que o capitão indígena deixasse as terras do Araribá e trouxe força policial. Branco com um filhinho doente nos braços teve que deixar o sítio de Rosa Miyashiro, bem longe da serra onde hoje vive. O pequeno Pindoji - Palmeira Amarela - que na língua do homem branco era chamado de Renato, morreu nos braços do capitão Branco, que vagava desesperado sem saber para onde ir.

"Porque índio tem sempre que sofrer despejo? Por que no tempo do Império o índio tinha direito à terra e na República passou a sofrer perseguição? São perguntas que o velho índio ainda faz, com uma certeza porém: "Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil para roubar as terras dos índios". E tudo que o velho capitão Antônio Branco queria é que seu povo tivesse direito à vida "nahnde reko", ao verde "Ka'agy owy", à terra "Yvy", à caça "So'o". Que prevalecesse a Justiça - Nhandohobavý". Que não houvesse mais traição ao índio. Traição em guarani é Xe mbotavý. e Amor se diz "Aipotava'e".

Reportagem de Maria Inês Alonso Notari (textos) e Marcos Toledo (fotos)